setoriais públicas e privadas através dela estão se mostrando bastante eficientes na modernização do setor.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de frutas, mas tem uma participação pífia em seu comércio internacional, exatamente pela obsolescência das práticas produtivas e comerciais que dominam a fruticultura brasileira. A modernização desse setor criará oportunidades no próprio mercado interno brasileiro, do qual todo mundo – Chile, Argentina, EUA – quer participar.

A salvação para o produtor brasileiro é no momento muito mais importante que as canhestras tentativas de conquista do mercado internacional. A invasão estrangeira do mercado de frutas é brutal, assustadora.

Essa modernização acabará também criando condições para que, finalmente, a produção brasileira de frutas possa participar decisiva e lucrativamente do mercado internacional, ávido por frutas tropicais de boa qualidade. O Brasil tem condições climáticas para produzir essas frutas, faltando exatamente adotar práticas comerciais modernas (padrões, embalagem, certificação de qualidade, rastreabilidade).

A simbiose governo-iniciativa privada para implementação dessas políticas terá nesse processo um papel preponderante no âmbito do estado de São Paulo, a ser exercido pela Câmara Setorial de Frutas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

**CÂMARAS SETORIAIS II**

# Fina sintonia

*As soluções para o equilíbrio da cadeia produtiva de hortaliças passam por um conjunto de ações e medidas integradas entre União e estados*

Waldemar Pires de Camargo Filho

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo criou em novembro de 1994 a Câmara Setorial de Olericultura, que em 1997 foi reformulada e denominada Câmara Setorial de Hortaliças, Cebola e Alho. No período 1995-1999, foram realizadas reuniões com integrantes da Câmara, representantes dos setores produtivos da olericultura, de distribuição, da indústria de máquinas e insumos, da indústria de processamento de alimentos, das universidades, dos institutos de pesquisa e dos bancos.

Os objetivos das reuniões sempre foram analisar a cadeia produtiva de hortaliças, identificar os gargalos e propor soluções aos problemas, bem como sugerir medidas políticas para o desenvolvimento do setor. Através das discussões em reuniões ordinárias, procurou-se a integração dos diversos segmentos de atuação representando as entidades públicas e privadas.

Para melhor análise da cadeia produtiva, elaboraram-se relatórios técnicos de produtos – batata, tomate (industrial e de mesa), cebola, alho, verduras, legumes e hortaliças processadas. Em seguida realizou-se *workshop* com outros técnicos e produtores, representantes dos diversos segmentos, para apresentação do perfil da cadeia produtiva de cada grupo de hortaliças, discutindo os gargalos e recebendo as críticas em plenário.

## *Determinação política*

A agricultura brasileira iniciou sua consolidação e diversificação na década de 60, quando houve determinação política para que o setor agropecuário passasse a consumir mais insumos e máquinas, visando ao aumento de produtividade da mão-de-obra e do solo, servindo de apoio às indústrias de alimentos e de transformação como fornecedor de matéria-prima. Nos anos 70 o Brasil passou ao estágio econômico dos complexos agroindustriais e pela crise do petróleo que atingiu o abastecimento mundial. Esses acontecimentos influenciaram o desenvolvimento no decênio seguinte.

No período 1970-85 foram implantadas Ceasas (entrepostos atacadistas) em todas as capitais e grandes cidades do Brasil para a distribuição de hortigranjeiros à população. Dessa maneira, consolidou-se o canal de comercialização que até hoje concentra toda a produção de frutas e hortaliças.

Waldemar Pires de Camargo *Filho é pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo.*

**SÓ COM FUNDAMENTO** nas críticas, sugestões de reuniões e do *workshop*, nos conhecimentos técnicos, científicos e da produção de olerícolas no contexto socio-econômico paulista podem-se propor diretrizes às atividades de governo, entidades públicas e privadas, visando ao desenvolvimento harmonioso do setor no Mercosul.

## *Ascensão e queda*

Os anos 80 foram divididos em dois qüinqüênios que marcaram definitivamente a evolução da economia brasileira e principalmente do setor olerícola.

No período 1978-1985 foi implantado o Prohort – Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros –, integrando ações dos governos federal e estaduais e visando conter gastos com a balança comercial. O Programa abrangia alho, cebola, batata e tomate, que tiveram projetos especiais de desenvolvimento. Foi efetivamente o melhor e mais atuante programa de política agrícola para a olericultura brasileira.

Em 1986-90 o Prohort deixou de existir. O Plano Cruzado estimulava a expansão da produção. No início dos 90 a política agrícola para olericultura reduziu suas ações. Extinguiram-se os setores de apoio do Ministério da Agricultura – Gerência de Horticultura e Sima ou Serviço de Informação do Mercado Agrícola.

Na década de 90 o mercado brasileiro foi aberto ao comércio mundial e formou-se o Mercosul. Mas o setor olerícola teve poucas ações efetivas do governo brasileiro no que concerne à assistência e orientação ao setor produtivo de hortaliças para sua reconversão e aumento de sua competitividade no mercado econômico. Até mesmo as discussões no subgrupo 8 do Mercosul, que tratava da política agrícola, tiveram pouca participação dos olericultores brasileiros e dos técnicos especialistas nos estados.

## *Ações de governo*

A proposta dos governos federal e estadual em São Paulo resume-se em duas diretrizes básicas: contenção de despesas, mesmo em prejuízo do social e da preservação do patrimônio científico, e convocação da iniciativa privada e da comunidade como parceiras na formação de políticas de assistência ao setor.

No início do Plano Real, o governo federal contava com a previsão de que a agricultura brasileira expandiria suas fronteiras ao Centro-Oeste, Norte e Nordeste e avaliava que a área a ser incorporada ao setor produtivo seria de 20 milhões de hectares, ou seja, o equivalente a toda a área agrícola do estado de São Paulo. Nos cerrados do Centro-Oeste ocorreria a maior expansão.

No comércio internacional e do Mercosul, as importações de alho, batata, cebola e hortaliças, processadas ou não, tiveram expansão vertiginosa. O abastecimento brasileiro de alho no período 1994-1998 teve apenas 50% de participação do alho nacional. O mercado de cebola cedeu 25% à produção argentina – o equivalente a toda a produção paulista ou catarinense. Com isso, mais de 10 mil famílias deixaram de cultivar cebola. Para a batata, o mercado de sementes se expandiu e a produção argentina participou do mercado brasileiro. No entanto a maior expansão foi a da batata processada da Europa e do Canadá. O aumento do mercado de derivados de batata foi estimado em 30% com o Plano Real. Mas o fornecimento de tubérculos brasileiros às industrias nacionais regrediu, pois ficou mais barato importar.

## *Agenda de trabalhos*

A agenda de trabalhos da Câmara Setorial de Hortaliças para 1998 e 1999 é dividida em vários itens, entre os quais a informação – conhecimento dos diversos segmentos da cadeia produtiva de hortaliças –, que todos os integrantes avaliaram como prioritário. Comerciantes, técnicos e produtores concordam em que o sistema de informações existente não é homogêneo e os canais de difusão não são eficazes. Em razão disso, criou-se grupo de trabalho para agilizar um sistema eletrônico de manutenção de banco de dados e fornecimento de informações à cadeia produtiva.

Simultaneamente criou-se o Programa Paulista para Melhoria dos Padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros, gerenciado pela Ceagesp. Do programa consta adesão voluntária, que estuda a classificação do produto no Mercosul, avalia a prática do comércio no entreposto terminal de São Paulo e propõe à Câmara Setorial a adoção de melhores embalagens e classificação de tomate, batata, alface, pimentão, berinjela, batata-doce, mandioca de mesa, mandioquinha e vagem, visando atender as condições paulistas.

Este programa moderniza o setor de distribuição. Avalia-se que o setor de supermercados distribui atualmente em São Paulo cerca de 30% dos hortigranjeiros. Com isso, o canal de comercialização produtor – Ceasa – mercado varejista, que era predominante, tem a concorrência do mais moderno, produtor – supermercado, onde o varejista compra diretamente do olericultor ou através de contratos. Em breve esse sistema deverá operar inclusive com códigos de barra, para identificação das hortaliças, preço, validade, procedência, controle de estoque etc. Nesse sistema é imprescindível a identificação do produto, embalagem e classificação para segurança do comerciante e do consumidor.

Item de importância nas discussões foi o uso de agroquímicos na lavoura, englobando técnicas de manejo e aplicação e uso de equipamentos de proteção do trabalhador, uso racional do defensivo e controle fiscal do produto aplicado. Em São Paulo existe trabalho de acompanhamento realizado pelo Instituto Biológico para avaliação de resíduos em hortaliças. Para o tomate, a maioria das amostras apresenta quantidade de resíduo abaixo do padrão exigido, mas em 17% delas foram encontrados resíduos de defensivos não permitidos na cultura.

## *Perfis específicos*

As grandes regiões brasileiras onde se produz e se desenvolve pesquisa agrícola têm perfis específi-

cos, com atividades peculiares locais. Os integrantes da cadeia produtiva no entanto não tomam qualquer iniciativa capaz de gerar um programa de trabalho integrado pelo desenvolvimento regional como um todo.

Na região Nordeste a fruticultura se desenvolveu graças às atividades do setor privado. A olericultura no entanto anda muito devagar no sentido de diversificação de culturas, manejo do solo e da água. Reproduzem-se técnicas de irrigação do Sudeste e Centro-Oeste, sem preocupação com o uso racionalizado da água, escassa na região. No Centro-Oeste, a despeito de sua expressão e principalmente da migração de produtores da região tradicional do Sudeste, não existe avaliação exata da expansão nem preocupação com o meio ambiente: preservação de mananciais, correto manejo de matas ciliares, uso racional de defensivos e adequada conservação de solo do cerrado.

O Sul e o Sudeste contam com a concorrência direta das outras regiões brasileiras, do Mercosul e do mundo para abastecer o mercado, mas nem por isso se acelerou o processo de mobilização da comercialização local. A conseqüência foi a crise de preços no mercado por superabastecimento.

### *Integração para o futuro*

O setor olerícola é o maior gerador e multiplicador de empregos na agricultura. A cada emprego no setor produtivo correspondem cinco empregos na cadeia produtiva. Pode-se afirmar que a abertura comercial só trouxe prejuízos ao setor de hortaliças.

Entidades nacionais de pesquisa e extensão devem voltar a se preocupar com o setor e criar um programa de pesquisa aplicada e de avaliação do mercado regional dentro do Mercosul. As soluções para o equilíbrio da cadeia produtiva de hortaliças passam por um conjunto de ações e medidas integradas entre governos federal e estaduais, que poderá envolver inclusive outros países da América Latina.

No contexto socioeconômico do Mercosul, programas de produção e de comercialização integrados por mesorregião do Cone Sul podem tornar mais úteis as pesquisas aplicadas, já desenvolvidas nos institutos e centros, trazer benefícios à população consumidora mais rapidamente, assegurar o mercado regional e dar emprego a muitas famílias na zona rural.

**GESTÃO PÚBLICA**

# Modernidade por atacado

*A Ceasa-Campinas promove mudanças que levam ao aperfeiçoamento e à modernização da comercialização atacadista de hortifrutigranjeiros*

RICARDO LIMA

A Ceasa-Campinas foi fundada pela Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos –, empresa do governo federal encarregada de implantar o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento em 1972, e começou a operar em 1975. Em 24 anos de atividade, tornou-se um dos mais importantes entrepostos de abastecimento do país, sendo o único entre os 10 maiores localizado fora de uma capital de estado.

### *Busca de parcerias*

Apesar de sua configuração jurídica como sociedade anônima, a Ceasa-Campinas é vinculada à Prefeitura de Campinas. Além da entrepostagem de hortigranjeiros, desenvolve algumas funções típicas de uma secretaria municipal de agricultura e abastecimento. Na execução dessas funções, a empresa não utiliza recursos públicos em nenhuma medida: não acarreta portanto ônus para a municipalidade, e empreende seus projetos explorando ao máximo as possibilidades de parceria com a iniciativa privada.

Nos últimos anos a Ceasa-Campinas implantou obras, programas sociais e serviços que representaram investimentos da ordem de R$15 milhões, com reflexos adicionais na geração de empregos e na arrecadação de tributos, utilizando-se basicamente de recursos oriundos de parcerias, além de parcela mínima de recursos próprios.

Para uma idéia exata da dimensão dessas realizações, a Ceasa-Campinas tem 500 mil metros quadrados, dos quais 91 mil de área construída. Desse

Ricardo Lima *é jornalista, assessor de imprensa da Ceasa Campinas.*